



## EDITORIAL

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Juliana de Paula SILVA

Caríssimos(as) leitores(as).

A Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) apresenta a publicação do primeiro número do 14º volume, o primeiro da nova equipe editorial, composta por mim como editora responsável; pelas professoras Doutoras do DGE-UEM Cíntia Minaki e Valéria Lima (editoras assistentes); e pelos doutorandos do PGE-UEM Diego Vieira Ramos, Kelly Cristina Rigoldi e Tais Müller (editores de seção). Agradeço a todos por terem aceitado este desafio!

Quatro artigos deste volume são relacionados ao ensino da geografia. Eles discutem as mudanças oriundas da própria legislação brasileira e dos desafios que novas gerações impõem ao fazer pedagógico na formação de cidadãos críticos e conscientes, tanto a partir de novas metodologias, quanto da ressignificação de outras já consagradas nos estudos geográficos.

**Soares e Ribeiro** analisam por meio de questionário aplicado em uma escola pública e outra privada da cidade de São Paulo, como o conceito de sustentabilidade é entendido e praticado por alunos pertencentes à Geração Z. Os autores apontam diferenças entre as respostas nas duas escolas, mas destacam que em nenhuma delas a educação ambiental para sustentabilidade é bem entendida, e as próprias ações realizadas em ambas são pouco efetivas. Os autores concluem que há ainda um longo caminho a percorrer para que esse tipo de educação seja realizada de forma mais efetiva.

**Miceli** destaca as contradições, negligências e alternativas possíveis para o ensino de geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em vigor no Brasil. O autor analisa o documento em seus fundamentos e estrutura geral, além das orientações específicas ao ensino da geografia. O documento apresenta um forte viés conservador, ignorando pautas progressistas

e subestimando a importância das humanidades, além de não apresentar uma fundamentação teórica explícita. Em relação à geografia vários temas importantes são totalmente negligenciados e outros aparecem de forma solta e desconexa, sem a devida importância que demandariam para enfrentar questões urgentes na sociedade brasileira atual.

**Oliveira Junior e Castro** apresentam a experiência de aplicação de sequências didáticas utilizando as geotecnologias para trabalhar questões como escala cartográfica, noções de lugar e pertencimento, além de outras relacionadas à geografia urbana e agrária. Os autores enfatizam que ferramentas disponíveis como os *smartphones* dos alunos não são devidamente aproveitadas, sendo muitas vezes proibidas na sala de aula. As sequências visam tornar o aprendizado mais significativo, aliando os conceitos e conteúdos abordados em sala com o uso dessas ferramentas, facilmente manipuladas pelos alunos da Geração Z.

**Oliveira e Costa** abordam a importância do turismo pedagógico como estratégia para o ensino da geografia, focando principalmente nos conteúdos relacionados ao espaço rural e à produção agrícola. A estratégia apresentada propõe o enriquecimento de vivências anteriores com a discussão de questões que enfatizam as contradições no espaço agrário brasileiro. Essas questões são problematizadas durante e após a experiência de campo.

Os primeiros artigos apresentados são exemplos do esforço de pesquisadores em tornar o ensino da geografia mais significativo para as novas gerações, tendo como objetivo a formação de uma sociedade mais consciente da importância da sustentabilidade e do respeito às diversidades socioculturais. Ou seja, cidadãos atuantes na organização de lutas para garantir os direitos básicos frente aos desafios crescentes oriundos das contradições do estágio atual do capitalismo.

Nessa direção **Vilas Boas** realizou um estudo de caso sobre a precarização do trabalho na agricultura familiar no município de Nepomuceno (MG). O autor analisa a transformação dos pequenos proprietários em proletários, uma vez que trabalham subordinados às cooperativas, que determinam insumos e técnicas empregadas na lavoura, e têm o monopólio das vendas, de modo que, para aumentar a renda familiar, submetem-se a jornadas excessivas e insalubres. Os trabalhadores assalariados sazonais também sofreram piora nos rendimentos em relação ao trabalho desenvolvido. A pesquisa é o resultado de tese de doutoramento onde foram realizados trabalhos de campo, entrevistas semiestruturadas e análise de dados censitários.

Em um artigo de cunho teórico-metodológico **Leles** discute alternativas à clássica dicotomia ‘Geografia Física x Geografia Humana’. A autora discute o conceito de natureza e suas implicações nos domínios da Ecologia Política e da Geografia Física Crítica. Apresenta a

seguir três interessantes possibilidades de temas que possibilitam trabalhos integrados nas pesquisas geográficas: “Patrimônio cultural e natural”, fornecendo exemplos de como os estudos envolvendo a Geodiversidade e a conservação do Geopatrimônio contemplam uma perspectiva essencialmente geográfica; “Justiça ambiental”, questionando o estilo de vida orientado pela exploração de matéria e energia, que visa assegurar a continuidade da acumulação do capital; e “Diversidade social” com o desenvolvimento de grupos que utilizam condutas mais ‘subversivas’ desta ciência.

**Silva e Silva** discutem a importância de Carl Sauer para a Geografia Cultural, analisando a trajetória do autor e seu trabalho em Berkeley, onde orientou 37 teses de doutorado, formando uma escola sob a sua influência, baseada no seu axioma: “A cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural o resultado”. Entre o período de 1960 - 1980, entretanto, novas tendências fenomenológicas e sociais surgiram na Geografia Cultural, provocando o declínio da escola Saueriana.

**Barbosa, Moreira e Albuquerque** apresentam o histórico da ocupação de áreas periféricas do município de Maringá por condomínios horizontais fechados e analisaram os impactos trazidos por essa ocupação, tais como: a prevalência do acesso por transporte individual, dificultando o acesso dos trabalhadores ao local; privatização do espaço público; tensão urbana para um crescimento disperso; problemas de contaminação do solo e erosão; conflito com o uso rural da terra, entre outros. A maioria desses empreendimentos foi construída entre 1990 e 2010 com o modelo *prestige communities*, com padrão que remete à alta renda, ostentando sistemas de segurança e estruturas de lazer. A Lei de Parcelamento de 2011 trouxe inegáveis avanços no controle de implantação dos condomínios horizontais, diminuindo significativamente a incidência destes após sua promulgação.

**Firmino e Fortes** elaboraram um Mapa de Erosão de Massa Mínima na região oeste do Estado do Paraná e interpretaram a evolução desta paisagem a partir da identificação de áreas mais erodidas (transientes) e com menores taxas de erosão (relictuais). Os autores fizeram uma discussão com outros modelos de evolução da paisagem, apontando as potencialidades e limitações desse mapa como mais um instrumento de análise geomorfológica regional.

O volume encerra com dois artigos sobre Geografia da Saúde, que buscaram por meio de reflexões geográficas as causas e possíveis soluções para problemas urgentes de saúde pública.

O artigo produzido por **Araújo, Folmer e Maria** traz o panorama de um dos momentos mais difíceis da Pandemia da COVID-19. Os autores discutem as relações entre a espacialização da doença e a globalização, abordando temas essenciais para a reflexão que este

período deve gerar nos pesquisadores das ciências geográficas e humanidades em geral, tais como: o agravamento do contágio e do desenvolvimento da doença por fatores oriundos da desigualdade social; problemas de estrutura; questões de cunho econômico, político e ideológico; políticas públicas de saúde (ou a ausência delas).

**Moreira e Castro** realizam um estudo de caso sobre uma epidemia de dengue que acometeu o município de Abatiá-PR em 2019. Além da análise geográfica das ocorrências e focos de proliferação do *Aedes aegypti* os autores elaboraram uma cartilha virtual de Educação Ambiental, contendo instruções de práticas ambientais sustentáveis e adequadas ao controle da proliferação do mosquito. Foram utilizadas ferramentas de acesso livre como o *Google Sites* e o *Google My Maps*, permitindo que os dados fossem disponibilizados para toda a população da cidade e para os gestores, como um instrumento efetivo de combate à doença.

Esperamos que, apesar das inúmeras dificuldades e perdas sofridas pela pandemia do COVID-19, consigamos superar esse período com resiliência e coragem para não desistirmos de um futuro melhor para o nosso país. Que o pior já tenha passado!

Boa leitura!

Maringá (PR), 15 de junho de 2022.